

MAGNITUDE DA QUEDA DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL DE 2001 A 2006: uma abordagem regional por tipos de renda

Maria Cristina Cacciamali¹
Vladimir Sipriano Camillo²

RESUMO

O objetivo específico desse estudo é tentar contribuir para o debate nacional recente sobre a magnitude da queda da desigualdade de renda no período de 2001 a 2006. Essa queda é analisada, nesse estudo, utilizando-se uma desagregação em dezis de quatro tipos (fontes) de renda: 1) renda domiciliar per capita total; 2) renda do trabalho; 3) renda das aposentadorias e pensões e 4) renda das transferências públicas (contendo o bolsa-família). Esses quatro tipos de renda desagregados em dezis são analisados para Brasil e suas cinco macro-regiões (Norte-urbano, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste). Na primeira parte desse estudo é construída a base teórica com o auxílio da literatura nacional, tentando interpretar e estilizar as abordagens referentes a magnitude da queda em si, como também descrever alguns fatores econômicos associados a essa queda. A segunda parte desse estudo contém as evidências empíricas regionais com suas respectivas análises. A hipótese central desse estudo pode ser enunciada da seguinte forma: as mudanças na distribuição de renda do período analisado (de 2001 a 2006) não são suficientes para caracterizar uma mudança estrutural no perfil distributivo das rendas das famílias brasileiras. Alguns dos resultados obtidos convergem para essa hipótese.

Sessão Ordinária

Área Temática: 4

Sub-área: 4.2

¹ Doutora e Livre Docente em Economia pela Universidade de São Paulo (Brasil) com Pós-Doutorado pelo Massachusetts Institute of Technology. Atualmente é Professora Titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e Presidente do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo. Pesquisadora Sênior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Coordenadora do Núcleo de Estudo e Pesquisas de Política Internacional da FEA-USP/CNPq.

² Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professor da Faculdade de Economia da Fundação Santo André e da Faculdade de Administração da Universidade São Judas Tadeu. Membro do Núcleo de Estudo e Pesquisas de Política Internacional da FEA-US/CNPq.

Palavras-chave: magnitude da queda, abordagens nacionais, bem-estar social, decis e regiões

ABSTRACT

The specific goal of this research is an attempt to contribute to the recent national debate on the magnitude of the fall on the income inequality during the period from 2001 to 2006. This fall is analysed, in this essay by means of the desegregation of four kinds (sources) of income in deciles: 1) total per capita household income; 2) labor income; 3) income from retirements and pensions; 4) income from public transfers (containing the “*Bolsa-Família*” Program). These four kinds of income desagregated in deciles are analysed for Brazil and for its five macro regions (Urban North, Northeast, Southeast, South and Central- East).

In the first part of this essay it is developed a theoretical basis with the aim of the national literature by trying to interpret and stylize the approaches which refer to the magnitude of the fall itself, as well as to describe some economic factors associated with this fall. The second part of this research contains regional empirical evidences along with their respective analyses. The central hypothesis of this essay can be evidenced in the following way: the changes in the income distribution during the analysed period (from 2001 to 2006) are not sufficient to characterize a structural change in the distributive profile in the income of the Brazilian households. Some of the obtained results converge to this hypothesis.

Key-Words: magnitude of fall, national approaches, social welfare, deciles and regions

INTRODUÇÃO

No Brasil, no primeiro lustro do século 21 constata-se a tendência à queda do grau de desigualdade pessoal da renda. Diante dessa evidência, este estudo motiva-se pela seguinte questão: qual a magnitude dessa queda e quais foram seus impactos sobre o bem-estar social das famílias brasileiras? Para tentar responder essa pergunta, a metodologia adotada reúne um conjunto de argumentos extraídos do debate nacional

recente sobre o tema, apresentado de forma estilizada, combinado com estimativas dos perfis de distribuição de renda, de acordo com as seguintes fontes: renda domiciliar per capita total; renda do trabalho; renda das aposentadorias e pensões e renda das transferências públicas, contendo o Programa Bolsa-família. A seleção destes tipos de renda deve-se à sua importância na composição da renda domiciliar e à sua responsabilidade pela diminuição do grau de desigualdade do período. O recorte dos dados, segundo as macro-regiões brasileiras, por outro lado, se justifica, ainda que insuficiente para dar conta das múltiplas espacialidades nacionais, pela necessidade de conferir maior número de evidências sobre o comportamento e a evolução da desigualdade da renda pessoal nessas regiões.

Os argumentos empregados no debate travado recentemente sobre a magnitude da queda da desigualdade de renda, podem ser agrupados em três abordagens, segundo a importância conferida à redução do grau de desigualdade. A primeira entende que a magnitude da queda é intensa, ocasionando forte redução da pobreza, implicando ganhos de bem-estar social (Barros et alii, 2006 ; Hoffmann, 2006); a segunda abordagem reconhece que a redução da desigualdade é significativa, mas incapaz de promover mudança estrutural da distribuição de renda no Brasil (Dedecca, 2006); finalmente, o terceiro posicionamento afirma que o estreitamento do grau de desigualdade na distribuição de renda “nada tem de substancial” (Salm, 2006)³. A controvérsia estabelecida suscita a necessidade de se investigar de forma mais pormenorizada a magnitude de tal queda da desigualdade de renda. O desafio metodológico consiste em estabelecer parâmetros com os quais se possa avaliar essa magnitude. Dentre os parâmetros possíveis, esse estudo utiliza as variações absolutas dos decis com seus respectivos ganhos reais de renda. Essa combinação das variações absolutas com os ganhos monetários reais, embora insuficiente para se avaliar o bem-estar social de forma ampla, fornece indícios exploratórios sobre os efetivos impactos da redução do grau de desigualdade da distribuição pessoal da renda sobre o bem estar das famílias, não visualizados nos índices de GINI adimensionais.

³ Barros, Ricardo Paes et. alii. A Importância da Queda Recente da Desigualdade para a Pobreza. Brasília: IPEA, 2006, v.2., pgs 331 a 353 ; Hoffmann, Rodolfo. Queda da Desigualdade da Distribuição de Renda no Brasil de 1995 a 2005 e Delimitação dos Relativamente Ricos em 2005. Brasília: IPEA, 2006, v.1, pgs. 93 a 105 ; Dedecca, Cláudio Salvadori. A Redução da Desigualdade no Brasil: uma estratégia complexa. Brasília: IPEA, 2006, v.2, pgs. 299 a 330 ; Salm, Cláudio. Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil: uma leitura crítica. Brasília: IPEA, 2006, v.2 ,pgs. 279 a 297.

À guisa de conclusão, antecipamos que os resultados da desagregação por decis mostram variações percentuais não desprezíveis quando comparadas a um histórico nacional de persistência do grau de concentração de renda, mas no geral essas variações expandem pouco a renda real das famílias situadas nos estratos inferiores da distribuição. As mudanças significativas para os grupos de menor renda ocorrem para a renda das transferências públicas das macro-regiões Norte e Nordeste, indicando o crescimento desses benefícios sociais. Para os demais estratos de renda, nota-se um padrão: as variações dos decis inferiores (primeiro, segundo e terceiro) são decimais, indicando certa rigidez na distribuição, restringindo as possibilidades de ampliar de forma substantiva e acelerada o crescimento da renda das famílias mais pobres.

1. ABORDAGENS RECENTES SOBRE A MAGNITUDE DA QUEDA DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL

Após aproximadamente quatro décadas de persistência de uma distribuição de renda rígida, a economia brasileira passa a conviver, a partir de 2001, com uma queda mais acelerada na desigualdade de renda, embora ainda persista uma elevada concentração de rendimentos⁴. Essa queda “acelerada” tem sido analisada na literatura nacional, gerando algumas abordagens divergentes. Essas abordagens divergentes, embora ainda não se constituam como uma controvérsia robusta, podem ser, de forma estilizada, agrupadas em três grupos. O primeiro grupo, representado por Barros et alii, 2006 e Hoffmann, 2006, defende que a magnitude da queda na desigualdade de renda no período de 2001 a 2005 foi elevada e gerou impactos sobre a pobreza. Barros (op. cit) é, nesse grupo, o autor que mais enfatiza a correlação da desigualdade de renda com a pobreza, afirmando que “em decorrência do acentuado crescimento na renda dos mais pobres, os graus de pobreza e de extrema pobreza declinaram ao longo do último quadriênio (...)”. Utilizando uma linha de pobreza de R\$ 162,59 e de extrema pobreza de R\$ 81,29, Barros op. cit. concluiu que o número de pobres caiu em 3,8 milhões e o de extremamente pobres foi reduzido em 5,6 milhões, passando a representar, respectivamente, 34,1% de pobres em 2005 e 13,2% de extremamente pobres nesse

⁴ As séries históricas da desigualdade de renda no Brasil indicam que o GINI de 2005 é o menor das últimas três décadas, atingindo 0,566. (Barros et alii. A Queda Recente da Desigualdade de Renda no Brasil. In: Barros, Ricardo et alii.(orgs) Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, 2006). Contudo, esse resultado não fornece uma dimensão efetiva da magnitude da redução da desigualdade de renda no Brasil, tampouco em suas regiões.

mesmo ano. O “acentuado crescimento na renda dos mais pobres” encobre o real poder de compra das linhas de pobreza utilizadas. Ou seja, é possível sair da linha de pobreza e continuar com um padrão de vida muito reduzido, em função dessa linha ser insuficiente para a manutenção da qualidade de vida e do bem-estar social.

Outra metodologia utilizada por Barros et. alii. (op. cit) para justificar a velocidade da queda da desigualdade de renda no Brasil é a comparação com outras economias. Comparando o grau de redução da desigualdade de renda no Brasil de 2001 a 2005 com outras 74 economias na década de 1990, nota-se que “(...) menos de ¼ foi capaz de reduzi-lo a uma velocidade superior à alcançada pelo Brasil (...)”Essa comparação internacional desconsidera as diferenças entre os GINIs dos países comparados, dificultando a visualização do caso brasileiro, uma vez que um número significativo dos países comparados estavam, provavelmente, na década de 1990, numa posição de desigualdade melhor que a brasileira. Apesar dessa velocidade supostamente elevada, a desigualdade de renda no Brasil levará mais de duas décadas para se aproximar das desigualdades das economias similares (Paes de Barros et. alii., 2006). A magnitude da queda atinge, para o autor, uma proporção tal que o crescimento da renda dos pobres decorrente da distribuição é associado a um “processo de crescimento com equidade”. Essa suposta trajetória de crescimento com equidade ratifica a posição de uma elevada magnitude na queda da desigualdade de renda no Brasil e um “acentuado crescimento na renda dos segmentos mais pobres” (Barros et alii, 2006).

Hoffmann entende que a magnitude da queda da desigualdade de renda no Brasil no período de 2001 a 2005 é proporcional a elevação da desigualdade na década de 1960 que tanto chamou atenção na literatura da época.

Essa redução de 2,8 pontos percentuais em quatro anos pode parecer pequena, mas cabe assinalar que o valor absoluto de sua intensidade anual é semelhante ao do crescimento de 8 pontos percentuais do índice de Gini do rendimento da PEA no Brasil, na década de 1960 que mereceu grande destaque na literatura sobre distribuição de renda e no debate público (Hoffmann, 2006).

Contudo, o crescimento da concentração de renda na década de 1960 chamou a atenção não apenas pela sua intensidade, mas também porque mostrou que é possível para uma economia subdesenvolvida apresentar uma elevação na sua concentração de renda, mesmo depois de ter atingido um patamar tão elevado de desigualdade.

Hoffmann, utilizando uma linha de pobreza de R\$ 100 reais verifica que “o número e a proporção de pobres e também o número e a proporção de ricos diminuíram de 2001 a 2004”. Em 2001 eram 38,1 milhões de pessoas pobres no Brasil, passando para 35,15 milhões em 2004. Apesar da redução do número de pobres, o autor constata (embora não priorize na sua análise) que “o rendimento médio de toda a população permanece praticamente o mesmo em 2001 e 2002, cai em 2003, recupera-se parcialmente em 2004 e cresce 6,2% em 2005”. Analisando os rendimentos dos estratos populacionais, Hoffmann detecta sua evolução no período de 2001 a 2005. Em 2001 os 20% mais pobres (quinto mais pobre, segundo o autor) tinham uma renda média de R\$ 51,1 reais por domicílios, passando para R\$59,3 reais em 2004. Esse acréscimo de R\$8,2 reais sugere uma expansão de bem-estar social reduzida. Os 10% mais ricos apresentavam uma renda média de R\$2057,5 reais em 2001 e experimentaram uma redução (modesta) para R\$1911,9 reais em 2004. A magnitude dessas variações dos estratos parece não compatibilizar-se com a magnitude da variação da pobreza.

O segundo grupo de interpretações sobre a magnitude da queda da desigualdade de renda no Brasil contém o estudo de Dedecca, que admite a importância da queda da desigualdade, mas considera que “(...) os avanços são ainda muito limitados, e podem ser facilmente revertidos em razão do seu baixo impacto sobre o perfil estrutural da distribuição de renda familiar”. Esse “perfil estrutural” foi descrito pelo autor por meio dos decis da distribuição da massa de rendimentos familiares per capita, que indicaram que os decis inferiores não aumentaram suas participações relativas de 1995 a 2005. Esse resultado sugere que não houve uma mudança distributiva significativa para as populações de baixa renda representadas nesses decis inferiores. Dedecca também analisa a evolução do rendimento real dos decis e é possível notar que de 2002 a 2005 houve reduções de rendimentos reais para o primeiro, sexto e nono decis, indicando uma certa “(...) deterioração dos níveis de rendimentos da população brasileira”. Essa “deterioração ocorre porque a elevação de certos rendimentos passa a ser obtida “(...) com a redução do de outros”. Sendo assim, o autor nota que o padrão médio de renda familiar não sofre significativas alterações, comprometendo o poder de compra da população nacional. Ainda analisando os decis da distribuição do rendimento real familiar per capita, Dedecca conclui que a recuperação da renda familiar em 2005 “(...) não se restringiu às famílias em condições de pobreza ou mais próximas a ela, o que permite considerar que a queda recente da desigualdade não deve ter estado relacionada

a um determinante, mas a um conjunto mais amplo”⁵. Dessa forma, o autor minimiza o poder de redução da pobreza por parte da queda na desigualdade de renda verificada. Após desagregados os decis, Dedecca é enfático: “o processo parece estar se estabelecendo sem a observância de uma elevação do padrão médio de bem-estar da sociedade”. Esse padrão médio de bem-estar social depende da evolução efetiva e significativa da renda dos decis inferiores e intermediários.

Com uma postura mais crítica, Salm insere-se no terceiro grupo de interpretações sobre a magnitude da queda da desigualdade de renda no Brasil no período recente. O autor entende que “a queda em torno de 4% nada tem de substancial, principalmente se levarmos em conta os níveis absurdamente elevados de concentração de renda de que padecemos”. Além de compreender que a magnitude da queda é relativamente reduzida, Salm questiona a direção de causalidade entre a desigualdade e a pobreza (estabelecida pelos autores do primeiro grupo de interpretações), propondo uma inversão de causalidade por meio de uma pergunta provocativa: “por que não inverter os termos da proposição e, em vez de dizer como consequência da queda da desigualdade, reduziram-se a pobreza e a extrema pobreza, dizer como consequência da queda na pobreza e da extrema pobreza, reduziu-se a desigualdade”? Essa inversão de causalidade contém uma preocupação mais estrutural com o processo de desenvolvimento econômico brasileiro, que passa, segundo Salm, pela elevação da produtividade e pelo crescimento econômico como formas de superação dos elevados patamares de desigualdade de renda. Naturalmente que a produtividade e o crescimento econômico podem auxiliar no combate a desigualdade de renda, desde que sejam repassados para os vários níveis salariais.

Também é importante considerar que a literatura nacional mais recente tem estabelecido algumas associações entre a distribuição de renda e o consumo dos domicílios por estratos de renda. Nota-se uma desigual distribuição de renda domiciliar e consumo no Brasil. A desigualdade de consumo entre as famílias, em 2003, fica evidente: enquanto os 20% mais pobres consomem R\$142,59 reais, os 10% mais ricos atingem a cifra de R\$2403,18 reais. Além dessa desigualdade de consumo, os 20% mais

⁵ Esses determinantes da queda da desigualdade serão explorados mais adiante nesse estudo, uma vez que estão associados com a magnitude da queda da desigualdade.

pobres apresentam, nesse mesmo ano, déficit orçamentário de R\$ 70,14 reais e os 10% mais ricos um superávit de R\$ 587,57 reais⁶. O déficit orçamentário familiar dos 20% mais pobres aumenta em comparação ao déficit de 1996, além do rendimento real dessas famílias ter reduzido R\$ 16,10 reais, numa clara indicação de perda de poder de compra. Para os 50% mais pobres a trajetória de consumo e déficit orçamentário é similar⁷

Desagregando o consumo familiar per capita brasileiro em alguns itens que compõem a estrutura orçamentária, nota-se que as famílias pertencentes aos 20% mais pobres expandiram relativamente pouco seus gastos no período de 1996 a 2003, apresentando uma estrutura de consumo típica de famílias de baixa renda, com predominância de gastos com alimentação e vestuário. A magnitude do crescimento do consumo familiar desse estrato de renda pode ser notada pelos seguintes dados: em 1996 os gastos com alimentação foram de R\$ 45,85 reais, contra R\$ 46,90 em 2003; os gastos com saúde, educação e serviços pessoais passaram de R\$ 11,81 reais para R\$ 11,83 reais em 2003; com bens de consumo duráveis essas mesmas famílias gastaram R\$ 8,65 reais em 1996 e R\$ 12,3 reais em 2003. Para os 50% mais pobres, a estrutura de consumo também apresenta uma variação relativamente reduzida, indicando um poder de compra limitado. Os 10% mais ricos apresentaram, em 2003, um consumo de bens duráveis menor do que 1996⁸

Os três grupos de interpretações sobre a magnitude da queda da desigualdade de renda no Brasil (um entusiasta, outro moderado e o último crítico) e os dados sobre consumo das famílias brasileiras, permitem a construção de uma síntese teórica também estilizada: o entusiasmo do primeiro grupo de análise precisa ser ponderado pelas evidências que sugerem que a magnitude da queda da desigualdade não foi tão elevada, tampouco pode ser associada de forma robusta com a elevação expressiva do bem-estar. A crítica do terceiro grupo também precisa ser ponderada a ponto de reconhecer parte do avanço sócio-econômico decorrente da queda da desigualdade.

⁶ Dados extraídos de: Diniz, Bernardo P. Campolina et alii. As Pesquisas de Orçamentos Familiares no Brasil: gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas. Brasília: IPEA, v.2, 2007. Os autores utilizaram como base de dados as Pesquisas de Orçamentos Familiares de 1987-1988; 1995-1996 e 2002-2003.

⁷ Op. cit.

⁸ Op. cit.

Para que a magnitude dessa queda no período de 2001 a 2006 possa ser analisada com outras evidências, serão desagregadas, na próxima parte desse estudo, as distribuições de quatro tipos de renda envolvidos com esse processo de queda da desigualdade. Além de desagregar esses tipos de renda, serão construídas evidências empíricas sobre rendas médias por decis, com o propósito de avaliar possíveis ganhos de bem estar derivados da elevação da renda. Como critério exploratório de mensuração do bem estar das famílias, também calcula-se o índice proposto por Sen

2. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL E MACRO-REGIÕES: uma desagregação da distribuição de renda por decis

Com o propósito de se avaliar empiricamente a magnitude da queda da desigualdade de renda no Brasil no período de 2001 a 2006, a metodologia adotada consiste em desagregar por decis quatro tipos de renda (renda domiciliar per capita total, renda do trabalho, aposentadorias e pensões e transferências públicas). Essa opção metodológica baseia-se nos resultados da literatura nacional que têm apontado, principalmente, a renda do trabalho e as transferências públicas (como o bolsa-família) como determinantes imediatos da queda da desigualdade de renda verificada de 2001 a 2004.⁹

Os exercícios de decomposição freqüentemente utilizados na literatura nacional têm mostrado que as mudanças na distribuição das rendas do trabalho e domiciliar total estão associadas ao mercado de trabalho, que também mudou. Dentre as possíveis mudanças do mercado do trabalho destacam-se a diminuição dos hiatos salariais e educacionais. Os hiatos entre as remunerações regionais também diminuem, atenuando as clássicas diferenças entre capitais e interior. Contudo, essas mudanças nos mercados de trabalho nacional e regional parecem não ter gerado uma clara trajetória de convergência das rendas regionais. Das transferências públicas o bolsa-família ganha destaque, principalmente por ter contribuído significativamente para a redução da desigualdade na macro-região Nordeste. Alguns impactos das mudanças nos mercados

⁹ Parte dos textos que compõem essa literatura estão citados no rodapé número 3 desse estudo.

de trabalho nacional e regionais, como também do bolsa-família, podem ser visualizados nos decis a seguir.

Tabela 1. Distribuição da Renda Domiciliar per Capita Total

Distrib.	Brasil 2001	Brasil 2006	Var. 2006- 2001	Norte 2001	Norte 2006	Var. 2006- 2001	Nordeste 2001	Nordeste 2006	Var. 2006- 2001	Sudeste 2001	Sudeste 2006	Var. 2006- 2001	Sul 2001	Sul 2006	Var. 2006- 2001	Centro- Oeste 2001	Centro- Oeste 2006	Var. 2006- 2001
1º Decil	0,75	1,048	0,298	0,96	1,367	0,407	0,6	0,797	0,197	0,87	1,226	0,356	0,86	1,292	0,432	0,81	1,053	0,243
2º Decil	2,01	2,522	0,512	2,27	2,754	0,484	1,61	1,945	0,335	2,38	2,73	0,35	2	2,61	0,61	1,89	2,21	0,32
3º Decil	2,92	3,416	0,496	2,96	3,518	0,558	2,43	2,861	0,431	3,37	3,652	0,282	2,89	3,602	0,712	2,61	2,94	0,33
4º Decil	4	4,373	0,373	3,89	4,131	0,241	3,1	3,715	0,615	4	4,589	0,589	3,74	4,227	0,487	3,29	3,715	0,425
5º Decil	4,57	5,284	0,714	4,93	5,271	0,341	4,02	4,554	0,534	4,99	5,358	0,368	4,76	5,308	0,548	3,96	4,293	0,333
6º Decil	5,83	6,227	0,397	5,64	6,509	0,869	5,26	5,823	0,563	6,18	6,513	0,333	5,89	6,452	0,562	4,92	5,292	0,372
7º Decil	7,38	7,701	0,321	7,36	7,707	0,347	6,42	7,355	0,935	7,79	8,11	0,32	7,52	8,255	0,735	6,39	6,647	0,257
8º Decil	10	10,189	0,189	9,84	10,194	0,354	8,59	9,173	0,583	10,6	10,54	-0,06	10,03	10,361	0,331	9,07	9,072	0,002
9º Decil	15,59	15,178	-0,412	14,96	15,079	0,119	13,9	14,137	0,237	16,17	15,468	-0,702	15,33	15,147	-0,183	15,4	14,469	-0,931
10º Decil	46,95	44,062	-2,888	47,19	43,47	-3,72	54,07	49,64	-4,43	43,65	41,814	-1,836	46,98	42,746	-4,234	51,66	50,309	-1,351
Soma	100	100		100	100		100	100		100	100		100	100		100	100	
Gini	0,56	0,52	-0,04	0,55	0,51	-0,04	0,61	0,57	-0,04	0,53	0,5	-0,03	0,56	0,51	-0,05	0,59	0,57	-0,02

Fonte: elaboração dos autores a partir dos microdados das PNADs de 2001 e 2006

Antes de analisar os decis das distribuições selecionadas, cabe uma consideração metodológica: os decis foram construídos para distribuições de renda domiciliares. Ou seja, para cada tipo de renda analisado distribuiu-se a renda total considerando o total de domicílios, ao contrário da distribuição por pessoas geralmente utilizada na literatura . Essa forma de distribuição ocorre em função da preocupação com as famílias em seu conjunto.

A tabela 1 contém os graus de desigualdade de renda domiciliar per capita total (medidos pelo coeficiente de Gini) e os decis, para Brasil e suas cinco macro-regiões. Em termos relativos, a maior queda da desigualdade ocorre na macro-região Sul, passando de um Gini de 0,56 em 2001 para 0,51 em 2006 (em termos relativos essa queda atinge 8,93%)¹⁰. A maioria das macro-regiões apresenta reduções de desigualdade abaixo da realidade nacional. As quedas absolutas dos Gini's são similares para quase todas as regiões, aproximando-se de 0,04. A macro-região Centro-Oeste apresenta a menor queda da desigualdade em termos relativos e absolutos.

Com relação ao primeiro decil em 2006, nota-se que apenas o Nordeste não atinge uma participação superior a 1%. Nota-se que as variações absolutas dos nove decis não atingem sequer 1%, indicando variações decimais. O menor crescimento

¹⁰ Calcular a variação percentual do Gini requer uma certa cautela em termos de magnitude, uma vez que o coeficiente de Gini é um indicador adimensional, e sendo assim não fornece uma medida direta de magnitude. Para compensar parcialmente essa limitação, mais adiante nessa seção serão descritos os valores monetários reais por decis.

absoluto do primeiro decil ocorre para o Nordeste, atingindo uma variação de 0,2% em relação a renda domiciliar total da região. Aliás, a macro-região Nordeste combina uma baixa variação do primeiro decil com um elevado coeficiente de Gini de 0,57. Para se ter um parâmetro de magnitude e bem-estar social, o rendimento médio das pessoas desse primeiro decil em 2004 fica em R\$ 45 reais.¹¹. A macro-região Nordeste apresenta a menor variação em ponto percentual nesse primeiro decil, combinada com o maior coeficiente de Gini de 2004 (0,58).

O último decil (10% mais ricos) para Brasil indica que a renda domiciliar per capita total apropriada por esses domicílios reduz-se de 46,95% para 44,06% em 2006. Nas macro-regiões a trajetória do último decil é semelhante à realidade nacional, mas o Nordeste e Centro-Oeste (conforme seus Ginis já mostravam) mantém-se como as regiões que apresentam em 2006 a maior participação do último decil na distribuição da renda domiciliar per capita total, com taxas de 49,64% e 50,31% respectivamente. As reduções de participação relativa do último decil indicam que os domicílios com maior renda (o que não os torna necessariamente ricos!) tiveram perdas de rendimentos. Contudo, em termos de bem-estar social, em função de possuírem um nível de renda relativamente elevado, essa redução não parece ter influenciado significativamente o padrão de consumo desse decil.

A variação de renda do segundo decil ocorre em escala inferior a 1%, de forma análoga a variação do primeiro decil, sugerindo que os domicílios “mais pobres” não foram significativamente favorecidos pela queda da desigualdade. Aliás, em termos absolutos, quase todos os decis não atingiram sequer uma variação percentual de 1%. A parcela da renda apropriada pelo segundo decil no Brasil e nas cinco macro-regiões em 2006 é similar, próxima dos 2,5%, sugerindo um comportamento regional convergente com o comportamento nacional.

Os decis intermediários situados entre os 20% mais ricos e 20% mais pobres apresentam as maiores variações em termos absolutos, sugerindo que o movimento de

¹¹ Esse dado sobre a renda real do primeiro decil foi extraído de Dedecca, 2006 op. cit. e construído pelo autor para uma distribuição de renda familiar per capita. A mensuração do bem-estar social não é tarefa fácil, uma vez que os próprios conceitos dependem de um conjunto amplo de melhorias sócioeconômicas e políticas e não apenas da renda. Nesse estudo, será usado como indicador de bem-estar social o poder de compra adicional gerado pela variação de renda dos decis e o índice de Sen

desconcentração de renda intensificado em 2001 não se concentrou nos decis inferiores (embora esses últimos tenham crescido, em termos relativos, mais que os decis intermediários), ao contrário, parece ter ocorrido de maneira “pulverizada” entre quase todos os decis. Comparando as estruturas de distribuição de renda nacional com as cinco macro-regiões, nota-se que a quase totalidade dos decis não chega a apresentar diferenças maiores que um ponto percentual.

Tabela 2. Distribuição da Renda do Trabalho Domiciliar per Capita Total

Distrib.	Brasil 2001	Brasil 2006	Var. 2006- 2001	Norte 2001	Norte 2006	Var. 2006- 2001	Nordeste 2001	Nordeste 2006	Var. 2006- 2001	Sudeste 2001	Sudeste 2006	Var. 2006- 2001	Sul 2001	Sul 2006	Var. 2006- 2001	Centro- Oeste 2001	Centro- Oeste 2006	Var. 2006- 2001
1º Decil	0,75	0,945	0,195	0,94	1,227	0,287	0,61	0,645	0,035	0,89	1,204	0,314	0,9	1,212	0,312	0,79	0,969	0,179
2º Decil	1,9	2,387	0,487	0	2,638	2,638	1,63	1,91	0,28	2,38	2,705	0,325	2,07	2,681	0,611	1,85	2,131	0,281
3º Decil	3,03	3,422	0,392	0	3,448	3,448	2,51	2,794	0,284	3,41	4,002	0,592	2,85	3,88	1,03	2,71	3,01	0,3
4º Decil	4,04	4,623	0,583	0	4,024	4,024	2,84	3,53	0,69	3,65	3,595	-0,055	3,39	3,121	-0,269	2,97	3,75	0,78
5º Decil	3,86	3,962	0,102	0	5,335	5,335	3,95	4,631	0,681	5,23	5,637	0,407	5	5,511	0,511	3,81	3,385	-0,425
6º Decil	6,11	6,443	0,333	0	5,544	5,544	5,49	5,643	0,153	6,54	6,624	0,084	6,35	6,602	0,252	5,26	5,417	0,157
7º Decil	7,57	7,936	0,366	0	7,811	7,811	4,38	5,679	1,299	7,78	7,911	0,131	7,5	7,916	0,416	6,7	6,926	0,226
8º Decil	10,43	10,092	-0,338	0	10,601	10,601	8,96	8,629	-0,331	10,72	10,505	-0,215	10,41	10,324	-0,086	9,29	9,305	0,015
9º Decil	15,68	15,357	-0,323	0	15,214	15,214	14,5	14,394	-0,106	16,12	15,343	-0,777	15,56	15,545	-0,015	15,72	15,026	-0,694
10º Decil	46,63	44,833	-1,797	0	44,158	44,158	55,13	52,145	-2,985	43,28	42,474	-0,806	45,97	43,208	-2,762	50,9	50,081	-0,819
Soma	100	100		100	100		100	100		100	100		100	100		100	100	
Gini	0,56	0,53	-0,03	0,56	0,52	-0,04	0,62	0,59	-0,03	0,53	0,51	-0,02	0,55	0,52	-0,03	0,59	0,57	-0,02

Fonte: elaboração dos autores a partir dos microdados das PNADs de 2001 e 2006

A distribuição da renda do trabalho descrita na tabela 2, apresenta resultados muito próximos da distribuição da renda domiciliar per capita total da tabela anterior, porque a renda do trabalho ocupa, em 2006, mais de 70% da renda domiciliar total¹². A desigualdade de renda cai em todas as regiões, mas permanece num patamar elevado. Em 2006 as macro regiões Nordeste e Centro-Oeste apresentam os maiores coeficientes de desigualdade, próximos a 0,60, sugerindo a existência de mercados de trabalho muito desiguais em suas remunerações com possíveis estruturas ocupacionais díspares. As macro-regiões Norte (urbana) e Sul apresentam os menores coeficientes de desigualdade em 2006, sugerindo a possibilidade de que seus mercados de trabalho metropolitanos tenham reduzido suas desigualdades salariais. Em 2006, o primeiro decil das macro-regiões Nordeste e Centro-Oeste ocupa menos de 1% da renda do trabalho, aproximando-se da realidade nacional. O quinto decil da macro-região Norte-urbana apresenta uma das maiores variações absolutas no período, expandindo sua participação em 0,82%. Embora os dois últimos decis do Brasil e das cinco macro-regiões tenham perdido participação relativa, num movimento compatível com a redução da desigualdade de renda, nota-se que seus percentuais são muito similares para a realidade nacional e para as macro-regiões Norte-urbana, Sudeste e Sul, atingindo

¹² A participação elevada da renda do trabalho na renda domiciliar total é uma característica da PNAD. Essa participação elevada decorre, dentre outros fatores, da subestimação da renda do capital.

aproximadamente 15% para o nono decil e 44% para o último. Essa similaridade pode estar sugerindo que os mercados de trabalho dessas regiões, principalmente os metropolitanos, assemelham-se na remuneração dos trabalhadores mais qualificados.

Tabela 3. Distribuição da Renda das Aposentadorias e Pensões Domiciliares per Capita

Distrib.	Brasil 2001	Brasil 2006	Var. 2006- 2001	Norte 2001	Norte 2006	Var. 2006- 2001	Nordeste 2001	Nordeste 2006	Var. 2006- 2001	Sudeste 2001	Sudeste 2006	Var. 2006- 2001	Sul 2001	Sul 2006	Var. 2006- 2001	Centro- Oeste 2001	Centro- Oeste 2006	Var. 2006- 2001
1º Decil	0,47	0,553	0,083	0,7	0,7	0	0,18	0,142	-0,038	0,73	0,848	0,118	0,71	1,16	0,45	0,73	0,544	-0,186
2º Decil	2,36	2,248	-0,112	2,36	2,057	-0,303	0,98	0,794	-0,186	2,48	2,529	0,049	1,9	2,121	0,221	2,02	1,83	-0,19
3º Decil	2,56	2,871	0,311	2,55	2,998	0,448	1,82	1,973	0,153	3,46	2,605	-0,855	3,3	2,732	-0,568	2,12	2,104	-0,016
4º Decil	4,07	3,317	-0,753	3,68	3,744	0,064	3,89	3,57	-0,32	5,51	7,693	2,183	5,29	8,064	2,774	5,28	2,89	-2,39
5º Decil	7,55	9,635	2,085	7,72	4,544	-3,176	4,11	3,634	-0,476	4,65	4,786	0,136	4,44	5,017	0,577	5,02	7,973	2,953
6º Decil	5,26	5,744	0,484	9,05	11,334	2,284	4,56	5,945	1,385	5,49	6,524	1,034	4,96	6,258	1,298	3,58	4,616	1,036
7º Decil	7,27	7,315	0,045	6,73	6,968	0,238	13,52	12,063	-1,457	8,3	9,207	0,907	8,05	10,156	2,106	5,13	5,374	0,244
8º Decil	8,8	11,309	2,509	10,28	8,527	-1,753	7,54	11,13	3,59	10,46	11,311	0,851	9,24	11,082	1,842	7,63	7,999	0,369
9º Decil	15,56	15,45	-0,11	13,24	15,822	2,582	12,7	14,534	1,834	16,34	16,41	0,07	15,11	14,352	-0,758	13,33	12,706	-0,624
10º Decil	46,1	41,558	-4,542	43,69	43,306	-0,384	50,7	46,215	-4,485	42,58	38,087	-4,493	47	39,058	-7,942	55,16	53,964	-1,196
Soma	100	100		100	100		100	100		100	100		100	100		100	100	
Gini	0,54	0,51	-0,03	0,51	0,52	0,01	0,59	0,58	-0,01	0,52	0,48	-0,04	0,55	0,48	-0,07	0,59	0,59	0

Fonte: elaboração dos autores a partir dos microdados das PNADs de 2001 e 2006

A distribuição da renda das aposentadorias e pensões descrita na tabela 3 mostra o elevado grau de concentração desse tipo de renda, com resultados que se aproximam da distribuição da renda do trabalho (da tabela 2 anterior), indicando que os rendimentos previdenciários guardam alguma relação com o funcionamento dos mercados de trabalho nacional e regionais. Em 2006 as maiores desigualdades de renda ocorrem para as macro-regiões Nordeste e Centro-Oeste, que atingem coeficientes de 0,58 e 0,59 respectivamente. As menores desigualdades são apresentadas pelas macro-regiões Sudeste e Sul, atingindo coeficientes idênticos de 0,48. As variações do primeiro decil são ínfimas, quando comparadas com as variações do primeiro decil das rendas anteriormente descritas (domiciliar total e do trabalho). Apenas a macro-região Sul apresenta no primeiro decil uma participação pouco superior a 1%. No Nordeste a participação é pequena, atingindo 0,14%. Para a quase totalidade das regiões os decis inferiores mostram variações absolutas decimais, sugerindo uma certa rigidez na distribuição dos benefícios previdenciários. Essa possível rigidez também pode ser visualizada no comportamento do segundo e quarto decis nacionais, que apresentam reduções no período de 0,11% e 0,75, respectivamente. Ou seja, os domicílios que recebem menores benefícios previdenciários têm uma participação em queda. Essa queda dos decis inferiores ocorre em todas as cinco macro-regiões.

Tabela 4. Distribuição da Renda das Transferências Públicas Domiciliares per Capita

Distrib.	Brasil 2001	Brasil 2006	Var. 2006- 2001	Norte 2001	Norte 2006	Var. 2006- 2001	Nordeste 2001	Nordeste 2006	Var. 2006- 2001	Sudeste 2001	Sudeste 2006	Var. 2006- 2001	Sul 2001	Sul 2006	Var. 2006- 2001	Centro- Oeste 2001	Centro- Oeste 2006	Var. 2006- 2001
1º Decil	4,15	8,058	3,908	2,92	8,114	5,194	6,65	7,008	0,358	2	7,258	5,258	1,72	5,236	3,516	2,27	7,281	5,011
2º Decil	3,98	9,92	5,94	5,3	10,236	4,936	9,08	8,738	-0,342	2,47	8,437	5,967	2,22	5,697	3,477	3,13	8,311	5,181
3º Decil	3,9	9,645	5,745	7,44	9,378	1,938	8,09	9,07	0,98	2,57	5,596	3,026	1,84	5,417	3,577	2,46	8,947	6,487
4º Decil	3,4	7,454	4,054	6,24	11,149	4,909	6,61	9,676	3,066	2,25	9,695	7,445	2,76	7,036	4,276	4,53	9,471	4,941
5º Decil	2,89	11,666	8,776	2,6	9,292	6,692	5,65	9,331	3,681	1,54	5,633	4,093	2,14	5,136	2,996	2,08	14,016	11,936
6º Decil	2,57	6,838	4,268	6,95	13,497	6,547	5,62	9,814	4,194	1,93	5,249	3,319	3,66	5,759	2,099	2,94	8,06	5,12
7º Decil	3,1	5,799	2,699	5,98	9,266	3,286	5,41	12,28	6,87	2,52	4,811	2,291	3,53	5,552	2,022	2,41	5,971	3,561
8º Decil	4,68	4,964	0,284	4,28	8,369	4,089	4,06	10,342	6,282	4,67	4,389	-0,281	4,29	6,109	1,819	8,51	6,063	-2,447
9º Decil	8,81	5,671	-3,139	10,89	7,122	-3,768	4,84	6,988	2,148	11,43	6,533	-4,897	7,92	6,725	-1,195	10,63	3,707	-6,923
10º Decil	62,52	29,985	-32,535	47,4	13,577	-33,823	43,99	16,753	-27,237	68,62	42,399	-26,221	69,92	47,333	-22,587	61,04	28,173	-32,867
Soma	100	100		100	100		100	100		100	100		100	100		100	100	
Gini	0,56	0,13	-0,43	0,43	0,02	-0,41	0,28	0,09	-0,19	0,67	0,28	-0,39	0,67	0,39	-0,28	0,61	0,13	-0,48

Fonte: elaboração dos autores a partir dos microdados das PNADs de 2001 e 2006

A tabela 4 mostra a distribuição da renda das transferências públicas, que inclui, principalmente, o Bolsa-família e o Benefício de prestação continuada. A queda da desigualdade dessa fonte de renda é elevada para a realidade brasileira e regional. A maior queda relativa ocorre para a macro região Norte-urbana que atinge um coeficiente de desigualdade próximo a zero (0,02). A segunda maior queda relativa ocorre na macro-região Centro-Oeste, passando de um coeficiente de 0,61 em 2001 para 0,13 em 2006. O primeiro decil em 2006 mostra participações similares para Brasil e maioria das macro-regiões, situando-se entre 7% e 8% (exceto para o Sul que obtém 5,2%). O último decil das macro-regiões Sudeste e Sul apresenta menores reduções relativas, deixando-as com os maiores coeficientes de desigualdade, superiores a desigualdade nacional. A queda abrupta das desigualdades nas transferências de renda sugere que os rendimentos de alguns programas sociais (como o bolsa família, por exemplo) podem estar atingindo os domicílios de menor renda com maior intensidade.

Tabela 5. Renda Média Domiciliar Total (R\$) por Decis e Índice de Bem Estar de Sen

Macro-Regiões 2001 - 2006															
Distrib.	Norte 2001	Norte 2006	Var. %	Nordeste 2001	Nordeste 2006	Var. %	Sudeste 2001	Sudeste 2006	Var. %	Sul 2001	Sul 2006	Var.%	Centro- Oeste 2001	Centro- Oeste 2006	Var.%
1º Decil	112,74	171,68	52,28	71,4	105,05	47,13	110,72	170,31	53,82	182,77	267,46	46,34	117,47	170,59	45,22
2º Decil	244,15	307,09	25,78	170,99	216,39	26,55	285,63	353,08	23,61	321,28	388,13	20,81	232,19	293,3	26,32
3º Decil	306,2	431,76	41,01	224,39	295,38	31,64	422,57	499,07	18,10	458,46	558,89	21,91	334,55	419,03	25,25
4º Decil	414,66	476,26	14,86	266,8	331,2	24,14	541,82	612,06	12,96	542,97	633,25	16,63	414,64	514,09	23,98
5º Decil	499,94	593,48	18,71	333,97	428,13	28,19	691,45	756,75	9,44	677,3	802,51	18,49	528,26	633,1	19,85
6º Decil	618,69	742,97	20,09	420,21	504,32	20,02	867,29	918,03	5,85	833,59	924,73	10,93	670,72	766,79	14,32
7º Decil	748,16	809,83	8,24	498,44	587,02	17,77	1092,16	1146,71	4,99	1022,56	1161,66	13,60	868,66	991,58	14,15
8º Decil	1004,51	1076,01	7,12	658,9	785,13	19,16	1487,81	1513,67	1,74	1343,17	1495,69	11,36	1218,59	1363,64	11,90
9º Decil	1442,3	1516,68	5,16	992,61	1064,74	7,27	2242,69	2196,88	-2,04	1908,56	2077,01	8,83	1907,47	2074,11	8,74
10º Decil	3813,74	3711,25	-2,69	2948,97	3200,17	8,52	5455,11	5414,42	-0,75	4655,35	4734,46	1,70	5461,5	5581,43	2,20
Renda Média **															
Domiciliar	920,54	983,69	6,86	658,62	751,73	14,14	1319,69	1358,1	2,91	1194,64	1304,39	9,19	1175,28	1280,64	8,96
Índice de Sem *	414,24	482,01	16,36	256,86	323,24	25,84	620,25	679,05	9,48	525,64	639,15	21,59	481,86	550,67	14,28

Fonte: elaboração dos autores a partir dos microdados das PNADs de 2001 e 2006

* o índice de Sen é calculado multiplicando-se a renda média domiciliar por 1 menos o Gini da região. Embora a mensuração do Bem Estar seja mais complexa, o índice utilizado permite ponderar a renda média pelo

grau de desigualdade da renda

** Todas as rendas foram deflacionadas pelos deflatores construídos por CORSEUIL e FOGUEL (2002). Esses deflatores podem ser encontrados no IPEADATA

A tabela 5 mostra a renda média por decis das cinco macro-regiões, além da renda média domiciliar total e o índice de Sen Em 2001 a menor renda média domiciliar do primeiro decil ocorre no Nordeste (R\$ 71,4) e a maior encontra-se no Sul (R\$182,77). As macro-regiões Norte-urbana, Sudeste e Centro-Oeste apresentam, no primeiro decil, rendas médias próximas, de R\$112,74, R\$110,72 e R\$117,47, respectivamente. Em 2006 essas rendas crescem e atingem R\$171,68, R\$170,31 e R\$170,59, respectivamente para as três macro-regiões. Em termos monetários esse crescimento da renda gera aproximadamente R\$60 adicionais em cinco anos, permitindo que anualmente a renda desse primeiro decil dessas três macro-regiões (Norte-urbana, Sudeste e Centro-Oeste) aumentasse, em média, apenas R\$12 mensais. Supondo um domicílio nesse decil com quatro pessoas, a renda adicional por pessoa atinge R\$3 mensais ao ano e consequentemente aumenta alguns centavos diários.

O crescimento relativo da renda média do segundo decil é menor do que do primeiro decil para todas as macro-regiões, oscilando de 20,8% no Sul até 26,55% no Nordeste. O crescimento monetário real desse segundo decil é próximo ao crescimento do primeiro decil, situando-se perto de R\$ 65 (exceto para o Nordeste que cresceu R\$45). Dividindo esses acréscimos para as pessoas dos domicílios, chega-se a pouco mais de R\$3 mensais ao ano. O crescimento monetário real das rendas médias do terceiro ao sexto decil, das cinco macro-regiões, situou-se entre aproximadamente R\$ 51 (para o Sudeste no sexto decil) e R\$125 (para o Norte urbano), gerando aumentos de R\$ 13 até R\$31 mensais ao ano por pessoa, respectivamente. Em termos relativos, a

macro-região Sudeste apresenta o menor crescimento das rendas médias do terceiro ao sexto decil. A macro-região Nordeste obteve as maiores taxas de crescimento das rendas médias do quarto ao sexto decil.

Todas as macro-regiões apresentam crescimento relativo do primeiro ao sétimo decil superior ao crescimento da renda média domiciliar total. A menor renda média domiciliar total (do Nordeste) apresenta a maior taxa de crescimento do período (14,14%). O Sudeste obtém a menor taxa de crescimento (2,9%) da renda média domiciliar e em termos monetários reais essa mesma renda cresce apenas R\$38 no período, gerando um crescimento médio domiciliar per capita anual de aproximadamente R\$9,5 mensais. As macro-regiões Sul e Centro-Oeste atingem um crescimento da renda média domiciliar total muito similar, atingindo, no período, acréscimos de R\$ 110 e R\$ 105, respectivamente. Contudo, ao se ponderar as rendas médias domiciliares totais pelos coeficientes de distribuição regionais (Ginis), obtém-se o índice de Sen, que indica que a renda real domiciliar das cinco macro-regiões perde aproximadamente metade de seu poder real de compra, em decorrência das elevadas desigualdades de renda.

Considerações Finais

A queda da desigualdade de renda de 2001 a 2006 ocorre numa velocidade incomum para o padrão de distribuição de renda familiar brasileiro, cristalizado nas últimas três décadas pela persistência de uma elevada concentração. Contudo, apesar dessa velocidade inesperada, não se pode afirmar com robustez que tal queda é acentuada, pois compará-la com as décadas anteriores, em que a desigualdade manteve-se rígida, não fornece um parâmetro de magnitude adequado. A desigualdade de renda elevada pode ter criado algum tipo de “inércia” capaz de distorcer a real magnitude da queda ocorrida. O entusiasmo se justifica pela inflexão na trajetória da desigualdade, que não pode ser confundida com uma mudança estrutural na distribuição de renda nacional e regional, pois o poder de compra das famílias decorrente da queda da desigualdade não ocorre na proporção necessária para que o bem-estar social se expanda significativamente. Aliás, é preciso considerar que inúmeras famílias dos decis inferiores apresentam déficits orçamentários e a renda adicional decorrente do processo de desconcentração não será suficiente para equilibrá-los.

Os decis inferiores da distribuição de renda domiciliar per capita mudam numa escala não desprezível, mas decimal. Por definição matemática, uma mudança decimal só pode gerar resultados significativos caso o montante sobre o qual incida seja elevado. Seria no mínimo exagerado afirmar que a renda domiciliar per capita brasileira encaixa-se nesse caso de montante elevado. Naturalmente que uma variação decimal pode expandir alguns reais fundamentais para aquisição de um bem ou serviço essencial para alguma família do decil inferior, ou até tirá-la da faixa de pobreza pré estabelecida, mas uma qualidade de vida ampla e efetiva depende de mudanças maiores na estrutura de consumo das famílias brasileiras. Os decis da distribuição da renda do trabalho mostram que os mercados de trabalho nacional e das cinco macro regiões selecionadas têm passado por algumas mudanças no período, mas com uma renda média crescendo pouco. Uma mudança distributiva combinada a rendimentos médios que crescem pouco, não pode ser classificada como uma mudança de porte na estrutura dos mercados de trabalho nacionais.

Os decis da distribuição de renda das aposentadorias e pensões também mostram uma certa rigidez que impede a expansão mais acelerada dos decis inferiores, comprometendo a distribuição mais igualitária dos rendimentos previdenciários. Esses rendimentos permanecem concentrados, próximos da concentração de renda domiciliar per capita total. Ou seja, os benefícios previdenciários que representam uma parcela superior a 20% da renda domiciliar, permanecem concentrados, dificultando a aceleração da queda da desigualdade de renda nacional e regional.

Os decis da distribuição de renda das transferências públicas foram os que mostraram as maiores variações, embora essas transferências representem uma parcela de aproximadamente 2% da renda domiciliar. Essas variações indicam que algumas políticas públicas, como o Bolsa-família ou o Benefício de prestação continuada, podem estar auxiliando na redução da desigualdade. Contudo, os decis não permitem que se visualizem o grau de cobertura e a focalização de tais benefícios.

O crescimento monetário dos decis inferiores, para todas as macro-regiões analisadas, indica aumentos entre R\$3 e R\$9,5 **mensais** por pessoa no período. O poder de compra decorrente desses aumentos não é capaz de elevar substancialmente a

qualidade de vida das pessoas e dos domicílios. Uma série de bens e serviços essenciais para a elevação do padrão de consumo e do bem estar social, está distante dessas rendas médias contidas nos decis inferiores.

Em suma, nota-se que a magnitude da queda da desigualdade de renda nacional e regional não foi capaz, como era de se esperar nesse curto prazo analisado, de alterar significativamente o padrão de bem-estar social brasileiro medido pelo consumo familiar. Políticas sociais com impactos no curto prazo sobre a distribuição podem ser combinadas com políticas macroeconômicas de longo prazo, tais como a expansão da produtividade do trabalho e o crescimento do rendimento médio dos mercados de trabalho nacional e regional. Naturalmente que essas políticas sociais e macroeconômicas se potencializam num ambiente de crescimento econômico mais acelerado.

Referências Bibliográficas

BARROS, Ricardo Paes de et alii. A Importância da Queda Recente da Desigualdade para a Pobreza. Brasília: IPEA, v.2, 2006.

BARROS, Ricardo Paes de et alii (orgs). Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, 2006

CORSEUIL, Carlos Henrique e FOGUEL, Miguel N. Uma Sugestão de Deflatores para Rendas Obtidas a Partir de Algumas Pesquisas Domiciliares do IBGE. Rio de Janeiro: IPEA, *Texto para Discussão nº 897*, 2002

DEDECCA, Cláudio Salvadori. A Redução da Desigualdade no Brasil: uma estratégia complexa. Brasília: IPEA, v.2, 2006.

DINIZ, Bernardo P. Campolina et alii. As Pesquisas de Orçamentos Familiares no Brasil: gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas. Brasília: IPEA, v.2, 2007.

HOFFMANN, Rodolfo. Queda da Desigualdade da Distribuição de Renda no Brasil de 1995 a 2005 e Delimitação dos Relativamente Ricos em 2005. Brasília: IPEA, v.1, 2006.

IBGE. Microdados das PNADs de 2001 e 2006.

IPEADATA. Deflatores de Rendimentos da PNAD. Disponível em: www.ipeadata.gov.br. Acesso em 14/3/08.